

A ÍNDIA DAS ALDEIAS E A ÍNDIA DAS CASTAS: REFLEXÕES SOBRE UM DEBATE

Mariza G. S. Peirano

Quando se considera a influência intelectual que os franceses sempre tiveram no Brasil, o caso de Louis Dumont não é exceção. Conceitos como “individualismo”, “holismo” e “hierarquia” — muitas vezes explicitamente usados “no sentido dumontiano” — são freqüentes nos textos antropológicos, e também em outras ciências sociais.¹

É difícil ficar-se imune às influências, especialmente frente a um arcabouço teórico com tamanho poder explicativo. Este exercício, no entanto, tem um objetivo diferente que o de uma exegese do pensamento de Louis Dumont. Dou por suposto que ele é bastante conhecido e me

proponho a ver quem é Louis Dumont, o antropólogo francês, para os antropólogos indianos (ou sociólogos, já que, embora se apresentem como antropólogos no exterior, em casa eles se auto-referem como sociólogos). Como são recebidas as teorias dumontianas por intelectuais com formação antropológica quando estes são, ao mesmo tempo, nativos e cidadãos indianos?

Esta proposta tem seu interesse não só porque foi no diálogo com a civilização indiana que Louis Dumont desenvolveu suas principais proposições. Mais ainda: porque foi *respondendo* a antropólogos e filósofos sociais indianos que ele

¹ Na Antropologia, alguns trabalhos do início da década tornaram-se exemplares: Roberto Da Matta, *Carnavais, Malandros e Heróis. Por Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980; Gilberto Velho, *Individualismo e Cultura. Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981; Eduardo Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquém de Araújo, “Romeu e Julieta e a Origem do Estado”, in Gilberto Velho, org., *Arte e Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, dentre outros. Fora da Antropologia temos Elisa P. Reis, *The Nation-State as Ideology: The Brazilian Case*, trabalho apresentado à II International Conference on Comparative Analysis of Bureaucracy, Ideology and Human Survival, Nova Iorque, New School for Social Research, 1983, e o recente livro de José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987. Influências no meu próprio trabalho estão em M.G.S. Peirano, *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*, Dissertação de Doutorado, Harvard University, 1981, e “O Antropólogo como Cidadão”, *Dados*, vol. 28, n. 1, 1985.

construiu grande parte da sua obra. Este aspecto, geralmente desconhecido (ou, quando conhecido, relegado), faz do trabalho de Dumont *uma* das vozes de um diálogo que tem como participantes pensadores franceses, ingleses e indianos. Olhar o outro lado, que nos é menos conhecido, o da Antropologia indiana, aquela da qual se espera — no dizer de Dumont — “uma participação se não ativa, pelo menos passiva, através dos dados que oferece” [!],² pode nos trazer surpresas. Surpresas e talvez lições para nós, cientistas sociais brasileiros. Afinal, trata-se de recuperar vozes pouco audíveis, vozes que não chegam a nossos ouvidos, acostumados a sintonizar apenas as últimas contribuições do Primeiro Mundo, muitas vezes — mas felizmente nem sempre — para transformá-las em modismos locais.

O tema deste artigo é o debate travado entre Louis Dumont e M. N. Srinivas sobre a unidade sociológica básica para o estudo da Índia, um diálogo que durou pelo menos duas décadas (dos anos 50 aos 70, até Dumont redirecionar o seu interesse explicitamente para a sociedade ocidental): enquanto Dumont defendia que a Índia só poderia ser compreendida através do estudo das castas, M. N. Srinivas propunha que, sem levar em consideração a vida em aldeias, pouco se conheceria da Índia e, inclusive, das castas.

M. N. SRINIVAS

Se Louis Dumont é bastante conhecido no Brasil, M. N. Srinivas certamente não é. Srinivas nasceu em 1917 (Dumont, em 1911) em Mysore, no sudoeste da Índia. De saúde frágil, seguiu o curso de filosofia social e história moderna, numa época em que se introduzia no país,

pioneiramente, o ensino da Sociologia e da Antropologia Social. Com 19 anos, Srinivas mudou-se para Bombaim, onde, sob a direção de G. S. Ghurye, completou o mestrado e candidatou-se ao doutorado com uma tese de 900 páginas sobre os Coorgs do sul da Índia.

Mas as genealogias intelectuais na Índia sempre têm pontos-chave na antiga metrópole: Ghurye havia sido aluno de Haddon e Rivers, e talvez por esta razão orientou seu aluno a terminar o doutorado na Inglaterra com Radcliffe-Brown (lembre-se que Radcliffe-Brown tinha sido aluno de Rivers). Foi com Radcliffe-Brown, e depois com seu substituto, Evans-Pritchard, que Srinivas conseguiu obter um arcabouço que satisfizesse sua sede teórica, insaciada enquanto foi aluno de Ghurye. Sob a orientação oxfordiana, Srinivas terminou, em 1947, *Religion and Society among the Coorgs of South India*, sua tese de doutorado (publicada pela Clarendon Press em 1952), sendo convidado por Evans-Pritchard para ocupar a primeira posição de *lecturer* em sociologia indiana em Oxford. Este posto foi ocupado por Srinivas de 1949 a 1951, quando então decidiu trocar Oxford por Baroda, na Índia, não sem duvidar que pudesse estar cometendo um “hara-kiri acadêmico”.³

De volta à Índia, Srinivas fundou e consolidou dois programas de antropologia: de 1951 a 1959, dirigiu o Departamento de Antropologia em Baroda, e de 1959 a 1972, o de Delhi. Os anos de 1964 e 1970 Srinivas passou no Center for Advanced Study, em Stanford, cuidando de sua *academic illiteracy*, como se refere em seu ensaio autobiográfico.⁴ Em 1972 decidiu retornar ao seu estado natal de Karnataka para assumir a direção do novo Institute for Social and Economic Change, em Bangalore. Considerado o pai da Antro-

² Louis Dumont, *Religion, Politics and History in India*, Paris, Mouton, 1970, p. 158.

³ M. N. Srinivas, “Itineraires of an Indian Social Anthropologist”, *International Social Science Journal*, vol. 25, n. 1-2, 1973, p. 144.

⁴ *Idem*.